

Coluna do Castello

PMDB sob controle, Constituinte não

Os dois objetivos que estão levando o deputado Ulysses Guimarães a percorrer o país e conversar com governadores e lideranças regionais, um deles será provavelmente atingido, mas o segundo encontrará resistências na rotina de funcionamento do Congresso, que se estende às sessões da Assembléia Nacional Constituinte. Como se sabe, o presidente do PMDB e da Assembléia articula-se para preservar sua hegemonia na executiva nacional do partido e destruir a ofensiva dos históricos que pretendem o domínio desse órgão para tornar efetiva sua luta pelo rompimento com o governo. Ao mesmo tempo, entendeu do seu dever alertar a nação e os responsáveis pelas lideranças estaduais do PMDB para a necessidade de concluir a votação da Constituição.



Quando à ofensiva dos históricos, que se concentram na tentativa de conquistar o domínio da executiva mediante a eleição de dois políticos para substituir vagas de vice-presidente e de suplente, o sr. Ulysses Guimarães já não pode evitar a convocação do diretório nacional, mas aparentemente dispõe de maioria para eleger seus candidatos e impedir a eleição do senador José Richa para vice-presidente e do deputado Egídio Ferreira Lima para suplente em substituição ao sr. Cid Sampaio, que se desligou do partido.

Provavelmente os históricos terão cometido mais um erro ao desafiar o presidente da agremiação, que se mostrou ao longo dos tempos sensível a sua atuação e desejoso de compatibilizá-la com os objetivos da transição democrática, tal como a entende. Na verdade, apresentando as candidaturas dos deputados Cid Carvalho e Fernando Cunha para aquelas duas vagas, o presidente do PMDB, ao mesmo tempo que reforça sua posição na executiva, consolida sua orientação de evitar, antes de votada a Constituição, decisão que importe em rompimento com o presidente José Sarney.

O deputado Cid Carvalho, ideologicamente vinculado à esquerda e excluído da vida política pelos militares, precisamente por sua resistência ao golpe, desempenha um duplo papel político: o de intermediar o relacionamento do presidente José Sarney com o presidente da Constituinte e o de preservar a unidade do partido no Maranhão, estado no qual se filia à corrente liderada pelo ministro Renato Archer. Elevando-o à executiva nacional, o presidente do PMDB reforça politicamente o presidente Sarney no plano federal e no plano estadual, e afasta problemas com relação à permanência dos ministros a ele ligados.

Outro erro dos históricos será evidenciado pela luta que deverão dar à candidatura do sr. Cid Carvalho, o qual, durante meses, trabalhou ao lado do senador José Richa na tentativa de compor o parlamentarismo com o mandato de cinco anos mediante a implantação gradual do novo sistema de governo. Seu trabalho conjunto com o senador chegou a envolver o deputado Sarney Filho, que participou das reuniões promovidas pelo deputado Israel Pinheiro Filho na fundação que leva o nome do seu pai. O senador do Paraná desiluiu-se dos entendimentos e terminou assumindo posição radical contra o chefe do governo, a qual muitos associam à nomeação do sr. Borges da Silveira para o Ministério da Saúde.

Quando ao apressamento da votação do projeto de Constituição, o sr. Ulysses Guimarães terá mais dificuldades. O *Centrão* já se opôs à alteração da ordem de votação dos diversos capítulos e já se revelou contrário à realização de reuniões nos finais de semana. Isso quer dizer que tudo continuará como dantes, isto é, a Constituinte realizando votações quartas e quintas e dispersando-se pelo resto da semana. Diante dessa realidade, não deixa de assumir um certo tom romântico o apelo do sr. Ulysses Guimarães para que todos permaneçam em Brasília e se conformem com reuniões até nos sábados e domingos pelas manhãs, tardes e noites. Enquanto houver passagens disponíveis para as incursões semanais dos parlamentares às suas cidades, só esporadicamente eles se concentrarão em Brasília, assim mesmo sob iminência de crise nacional.

A esse curto período de trabalho concentrado, acresce que af vem o carnaval e, 40 dias depois, a Semana Santa, o que torna precária a previsão de que com dois meses a mais o texto constitucional estará votado. Todo esforço deve ser feito para que pelo menos em abril, maio ou junho, se consiga concluir a elaboração da Constituição. Se não operar com eficácia nesse período, corre-se o risco de dispersão no mês de julho, período de férias escolares durante o qual os parlamentares que residem na capital se dispersam para acompanhar as vilegiaturas dos seus filhos.

Já se vê que o panorama não é estimulante. Se não se fizer um esforço efetivo para entender os dramáticos apelos do sr. Ulysses Guimarães, a Constituinte poderá incorrer na ira popular e sobrepujar em impopularidade o governo da República. Afinal, essa Constituição, não fosse a falta de liderança dos grandes partidos, já deveria ter sido votada e promulgada no dia 15 de novembro do ano passado, como previa inicialmente com boa fé o presidente da Assembléia.

Carlos Castello Branco

PT e PC do B impedem votação de projeto sobre partido na TV

BRASÍLIA — O PT e o PC do B impediram ontem, na Câmara dos Deputados, a votação do projeto de lei do senador Afonso Camargo (PTB-PR) que só permite o acesso ao horário gratuito da Justiça Eleitoral no rádio e na televisão aos partidos políticos com representação no Congresso. O projeto, já aprovado no Senado, reduz, ainda, de uma hora para meia hora o tempo de propaganda de cada partido. Sua volta à pauta se dará na próxima semana.

O líder do PT, José Genoíno, e do PC do B, Lídice da Mata, alegaram como motivo para a obstrução da votação — não havia em plenário o quórum mínimo de 244 deputados — que a emenda de Afonso Camargo é restritiva demais. Genoíno acha, no entanto, que a legislação partidária deve mudar. "Não dá para aguentar tanta propaganda política. O programa do PPB (levado ao ar dia 12 passado) foi um programão", justificou o líder do PT. O acesso dos partidos ao rádio e à televisão nasceu com a *Lei Falcão* como compensação pela propaganda muda que ela estabeleceu. Foi inventada, como se vê, para um sistema político falso, que se sustentava no bipartidarismo. Agora, com mais de 30 partidos registrados, a lei, para a maioria dos políticos, se tornou inoportuna.

Quase indigentes — A situação dos partidos sem representação no Congresso é de quase indigência. O Partido Social Cristão (PSC) é um exemplo. Seu presidente, Vitor Nosséis, está apelando a entidades e pessoas para que contribuam com alguma quantia em dinheiro até amanhã à tarde, sob pena de não conseguir arrecadar os Cz\$ 2 milhões para a gravação do programa que vai ao ar no próximo dia 5.

O PSC sequer tem o que se pode chamar de sede. No endereço fornecido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o recebimento de correspondência, num edifício do setor comercial de Brasília, funcionam uma gravadora de vídeo e um escritório de advocacia. Na porta da loja não há qualquer alusão ao PSC. Mas a sede é ali mesmo. O advogado Etiberê Zen divide seu tempo entre as causas cíveis, a função de procurador do partido junto aos tribunais e de recepcionista.

Etiberê está animado com o programa, apesar das dificuldades. Numa folha solta, ele tem anotado os nomes dos que deverão participar das gravações: o governador de Alagoas, Fernando Collor, que se coligou com o PSC nas eleições passadas; o ex-deputado Herbert Levy; o padre José Brandi Aleixo, filho do vice-presidente de Costa e Silva, Pedro Aleixo; o ex-deputado Vasco Neto, da Bahia, e, evidentemente, Vitor Nosséis, presidente. Estão sendo contactados o general Antônio Carlos Andrada Serpa e o empresário Antônio Ermírio de Moraes.

O governador Fernando Collor foi convidado a participar também do programa gratuito do Partido Social Progressista (PSP), que vai ao ar dia 28. O presidente do partido, José Alcides Marronzinho de Oliveira, disse que Collor falará durante meia hora. "Convidei o governador porque ele está sendo boicotado pelas grandes redes de televisão", disse.

O Partido Social Democrático (PSD), outro sem representação no Congresso, está autorizado a fazer seu programa no dia 9 de março. Segundo seu presidente, Luis Paccos Filho, a maior parte do programa será ocupada pelo ex-presidente João Figueiredo. Este deverá falar como candidato a presidente da República. Confiado na cacife de Figueiredo, Luis Paccos Filho nem está preocupado em como produzir o programa. Deixou a sede do partido, em São Paulo, e saiu de férias.

Programa do PMB causa irritação em deputado

O 2º secretário da Câmara dos Deputados, Albérico Cordeiro (PFL-AL), defende a imediata alteração na legislação que permite o acesso de todos os partidos ao horário gratuito da Justiça Eleitoral no rádio e na televisão. "Me irrita com isso. Vou procurar o presidente Ulysses Guimarães para discutir com ele como acabar com isso", disse, ainda sob o impacto do programa do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), em cadeia nacional obrigatória.

O 1º secretário da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade (PMDB-CE), defende alterações na legislação, mas acha que os partidos devem continuar tendo acesso à televisão. "É um avanço. É a prática da democracia", salientou. O 2º vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), também é favorável à redução do horário dos partidos no rádio e televisão.

O deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ) alertou para a importância de não se revogar uma legislação que, na sua opinião, representa "um avanço", a pretexto "de se acabar com os excessos". Miro também acredita que as regalias concedidas aos partidos sem representação no Congresso Nacional e com eleitoral do inexpressivo "pode ser uma manobra para produzir nos eleitores uma reação contrária ao pluripartidarismo". Miro defende para esses pequenos partidos a ocupação de espaços regionais nos veículos de comunicação social.

Preço por noite dá para 100 automóveis

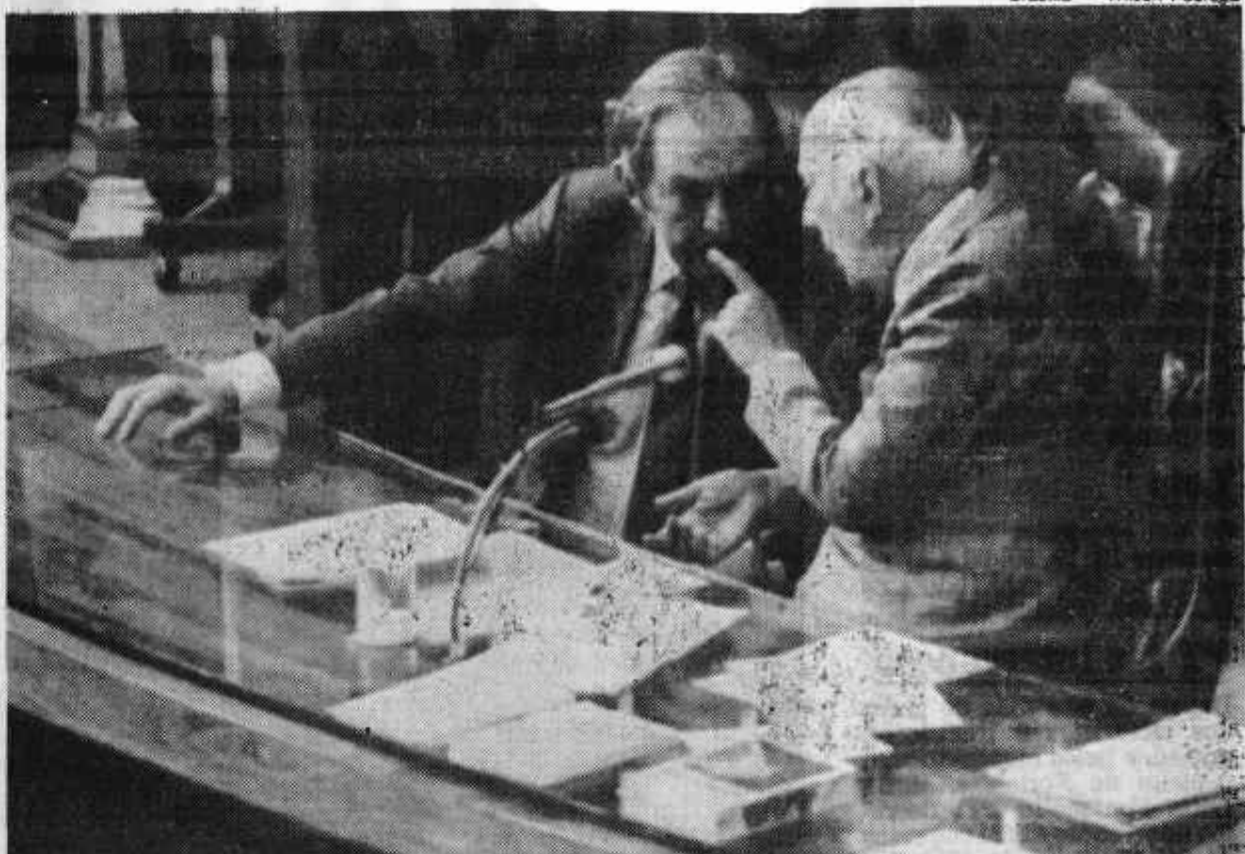
Do próximo dia 28 até 13 de maio, 12 partidos políticos invadirão o horário nobre — sempre das 20 às 21h30min — de todas as 170 emissoras de televisão do país e das mais de duas mil estações de rádio FM e AM. Será praticamente um programa por semana.

Se esse espaço de propaganda não fosse gratuito, cada partido teria que pagar por programa apenas às estações comerciais de televisão algo em torno de Cz\$ 57,4 milhões — importância que daria para comprar cerca de 100 automóveis marca Chevette, o carro nacional mais barato. Uma hora na televisão é um espaço inestimável. Quando uma empresa quer fazer uma promoção de uma hora, paga às emissoras de tv o correspondente a 15 minutos de publicidade. A Rede Globo, por exemplo, que reúne 50 emissoras, cobra exatamente Cz\$ 1.126.710,00 por 30 segundos; o SBT (40 emissoras), Cz\$ 246.330,00; a Rede Bandeirantes (35 emissoras), Cz\$ 242.800,00; e a Rede Manchete (25 emissoras), Cz\$ 296.816,00. Além delas, existem mais 20 emissoras educativas e independentes, que também são obrigadas a entrar em cadeia. É incalculável o custo comercial nas 700 estações FM e nas 1.400 AM, pois elas não vendem espaço em rede.

No horário nobre que os partidos ocupam, 72% em média dos aparelhos de tv estão ligados (e 85% desses 72% sintonizam a Rede Globo) — uma audiência aproximada de 55 milhões de pessoas.

Os próximos capítulos

Partidos	Representação	Datas
PSP (Partido Social Progressista)	nenhum	28/1
PSC (Partido Social Cristão)	1 deputado	5/2
PCB (Partido Comunista Brasileiro)	3 deputados	22/2
PT (Partido dos Trabalhadores)	16 deputados	1/3
PSD (Partido Social Democrático)	nenhum	9/3
PSB (Partido Socialista Brasileiro)	1 senador 1 deputado	17/3
PDT (Partido Democrático Trabalhista)	2 senadores 23 deputados	25/3
PFL (Partido da Frente Liberal)	15 senadores 120 deputados	4/4
PTB (Partido Trabalhista Renovador)	1 senador	12/4
PL (Partido Liberal)	8 deputados	20/4
PDS (Partido Democrático Social)	5 senadores 35 deputados	5/5
PJ (Partido da Juventude)	nenhum	13/5



Cabral (E) discute com Ulysses as emendas apresentadas ao projeto de Constituição.

Cabral se mantém a favor dos 4 anos e do parlamentarismo

BRASÍLIA — Nem presidencialismo, nem mandato de cinco anos. Ao final de sete dias de completa dedicação ao exame das 2 mil 23 emendas ao projeto de Constituição, o relator Bernardo Cabral concluiu com atraso um parecer em que considera penoso o trabalho a ele imposto pelas limitações do regimento, aprova todas as emendas apresentadas com mais de 280 assinaturas e termina dizendo que manterá as posições anteriormente assumidas, como as favoráveis ao Parlamentarismo e ao mandato de quatro anos. Impossibilitado até de adequar emendas, ele alerta o plenário para o risco de serem aprovadas propostas inteiramente conflitantes.

O relator atrasou em 12 horas a entrega de parecer que, pelas exigências do regimento, tinha que vir a público até a meia-noite de anteontem. Impossibilitado de fazer a entrega, porque nessa ocasião ainda estava envolvido com a revisão das emendas, especialmente das que alteravam disposições transitórias, só ao meio-dia de ontem as primeiras cópias do parecer chegavam às mãos dos presidentes do Senado, Humberto Lucena, e da Câmara, Ulysses Guimarães. "Eu acho que, em virtude do atraso, o relator devia ser substituído, mas não vou propor nada", dizia insatisfeito o deputado Gastone Righi, um dos líderes do Centrão.

Três propostas — "Eu não recebi ainda o parecer, mas naturalmente ele deve ter sido entregue à Secretaria da Constituinte", dizia Ulysses Guimarães, às 11h de ontem, num evidente esforço para que o atraso do relator não gerasse conflitos, pois a Secretaria também ainda aguardava o parecer. Com 43 páginas, o texto de Cabral menciona todas as emendas apresentadas ao seu projeto de Constituição, esmiuçando os artigos, parágrafos, incisos e alíneas que mereceram ou não o "aprovo" do relator. Mas a três propostas foram garantidas maiores atenções — as de Matheus Iensen (cinco anos de mandato), Humberto Lucena e Vivaldo Barbosa (Presidencialismo) e Egídio Ferreira Lima (Parlamentarismo).

Ao examinar a emenda Matheus Iensen, Cabral diz que o seu acolhimento está assegurado pelo número de assinaturas que a patrocinam, mas se apressa em afirmar que não mudará o voto já proferido na Comissão de Sistematização, favorável a um mandato de quatro anos para Sarney. Quando examina a emenda de Humberto Lucena e Vivaldo Barbosa, pela adoção do presidencialismo, ele amplia seus argumentos, dizendo que esse sistema de governo "é o responsável indiscutível pela despolitização do povo brasileiro e pela frustração de todas as tentativas de organização social, política e participativa".

Em sua opinião, "o parlamentarismo enseja permanente participação política popular, que não fica restrita às quadriennais ou quinquenais chamadas as eleições presidenciais". Outro argumento do relator é o de que é malicioso fazer alusão ao regime de gabinete adotado em 1961 para impedir a instituição do sistema agora, quando naquela organização havia agido uma tentativa de contornar a crise em que o país estava prestes a mergulhar. "Vale até lembrar a experiência da monarquia parlamentar, vivenciada no Segundo Império, cujos resultados não foram tão desastrosos", acrescenta ele.

Entusiasmo — Mas o entusiasmo do relator se concentra mesmo é na emenda emenda Egídio Ferreira Lima, que preconiza um regime de gabinete em que o primeiro-ministro terá necessariamente que ser um parlamentar, sujeito à maiorias absolutas da Câmara quanto precisar de um voto de confiança. "Essa emenda é tecnicamente correta e politicamente abrangente", diz Cabral, sustentando que a proposta dá ao presidente eleito um papel político de considerável importância na condição de árbitro, condutor e coordenador do processo político

de formação do governo". Ele recomenda expressamente ao plenário a aprovação dessa emenda.

"Centrão" exigiu cautela

O parecer do relator é quase todo tomado pelo exame das dez emendas do Centrão, onde ele tenta, detalhadamente, dizer o que merece e o que não merece aprovação. Da proposta encabeçada pelo deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), ele pede que se fejeitem vários itens, a começar pelo que define empresa brasileira como aquela "constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração". Outro item rejeitado pelo relator é o que estabelece que "os investimentos de capital estrangeiro poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei, garantidos os direitos e prerrogativas constitucionais".

Uma proposta para que as jazidas, minas e demais recursos minerais, assim como os potenciais de energia hidráulica, passem a constituir propriedade distinta da do solo, apresentada também por Luís Eduardo, foi reprovada. Em compensação foi acatada a idéia de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado. Mas Cabral foi intransigente com todas as propostas do Centrão para modificação dos artigos referentes à reforma agrária.

Ele rejeitou o artigo que garante o direito de propriedade do imóvel rural cujo uso corresponde a uma função social e também disse não à idéia de que a destinação das terras públicas e devolutas será compatibilizada com o plano nacional de reforma agrária. Outra rejeição foi para o artigo que impõe a indenização em dinheiro para os beneficiários presentes na terra desapropriada. Também no capítulo dos Direitos Sociais, o relator rejeitou prontamente a idéia de que o casamento é a forma própria de constituição da família". Pela proposta do Centrão fica assegurada até a gratuidade da celebração, mas Cabral não se moveu.

Presidencialistas fundem propostas

Os senadores Humberto Lucena e José Fogaça, os deputados Vivaldo Barbosa e Maurílio Ferreira Lima e o jurista José Paulo Cavalcante se reunem hoje, às 11h, a pedido do deputado Ulysses Guimarães, para compatibilizar duas emendas presidencialistas, para tentar barrar a tendência parlamentarista do parecer do relator Bernardo Cabral. A idéia é a de eliminar as dificuldades de aprovação da proposta de Lucena e Vivaldo, que poderiam ser compatibilizadas com o plano nacional de reforma agrária. Outra rejeição foi para o artigo que impõe a indenização em dinheiro para os beneficiários presentes na terra desapropriada. Também no capítulo dos Direitos Sociais, o relator rejeitou prontamente a idéia de que o casamento é a forma própria de constituição da família". Pela proposta do Centrão fica assegurada até a gratuidade da celebração, mas Cabral não se moveu.

A pedido de Ulysses, Cabral admitiu que Lucena e Maurílio assinassem um requerimento para a fusão das duas emendas, embora Vivaldo fosse contra a idéia, pois seu propósito era exatamente o de que o projeto mantivesse um Legislativo forte, para quebrar a tradição de presidentes super poderosos.

Presidente ficará com menos poder

Em qualquer hipótese, de parlamentarismo ou presidencialismo, os poderes do presidente da República não serão os mesmos, aprovada a nova Constituição. Já na Comissão de Sistematização, a tendência da Constituinte — mantida agora na fase de plenário — era de se repartirem com o Congresso Nacional muitas das responsabilidades hoje exclusivas do presidente ou do Executivo como um todo — como a aprovação de atividades nucleares, alterações nos orçamentos públicos e concessões de emissoras de rádio e televisão. Até o decreto-lei, símbolo maior da força presidencial, deixa de existir.

Segundo o presidente do PFL, senador Marco Maciel, que é presidencialista, o Brasil "está resgatando as funções originais do Legislativo, criado na Inglaterra para controlar os monarcas absolutos". Mas o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), autor de emenda parlamentarista que obteve 346 assinaturas, diz que esse resgate não satisfaz, "pois não há presidencialismo com presidente fraco, e o que o país precisa é do parlamentarismo, que diferencia as funções do chefe de Estado, um árbitro, das do chefe de Governo, um gerente da administração pública".

A Constituinte ainda não se definiu por uma das duas formas de governo, tanto que a emenda de Egídio teve 346 assinaturas e uma outra emenda, presidencialista, do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), teve 349, enquanto só há 559 constituintes. No entanto, prevalece a consciência de que o presidente da República foi acumulando



Egídio Ferreira Lima

poderes insustentáveis em épocas de abertura política; agora, tais poderes têm sido significativamente reduzidos ou divididos com o Congresso.

Exemplos dessa redistribuição de atribuições:

- Hoje, os planos nacionais, regionais e setoriais são de competência exclusiva do Executivo, com raras exceções como a da informática. Com a nova Constituição, serão submetidos ao Congresso.
- As iniciativas do Executivo referentes a atividades nucleares vão passar pelo Congresso.
- O Congresso estabelecerá critérios para o manuseio e utilização das informações e documentos oficiais sigilosos, atualmente trancados a sete chaves pelo Executivo, em especial pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).
- O Congresso poderá sustar os atos do Conselho Monetário Nacional (CMN) que só se converterão em lei caso sempre que "exorbitem do poder regulamentar ou dos limites do poder legislativo". Isso vale não só para o CMN, mas também para os demais órgãos do Executivo.
- Os decretos de concessão ou renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, hoje assinados em última instância pelo presidente da República e o ministro das Comunicações, serão apreciados pelo Congresso.

- Atualmente, todos os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), que fiscaliza as contas do governo, são escolhidos pelo presidente da República; o Senado os aprova ou não. Com o novo texto, dois terços deles serão indicados pelo Congresso.
- A autorização para pessoa física ou jurídica estrangeira adquirir imóvel rural será dada, não mais exclusivamente pelo Executivo, mas pelo Congresso. O mesmo vale para a autorização de exploração de minerais em terras indígenas.
- A alienação, ou concessão, de terras públicas com mais de 500 hectares dependerá de prévia autorização do Congresso.
- O Senado, hoje, aprova os embaixadores do Brasil no exterior e os ministros de tribunais superiores. No futuro, o Congresso Nacional (Câmara e Senado juntos) terão que aprovar também os governadores de territórios, o procurador-geral da República, o presidente e a diretoria do Banco Central.
- Hoje, o presidente da República pode decretar medidas de emergência à revelia do Congresso. Finda a Constituinte, poderá decretar estado de defesa consultando posteriormente o Congresso, e só poderá decretar estado de sítio com autorização prévia do Congresso.
- O decreto-lei acaba. Em casos de "relevância ou urgência", o presidente poderá tomar "medidas provisórias", que só se converterão em lei caso aprovadas em 30 dias pelo Legislativo.
- O veto presidencial a um projeto aprovado pelo Congresso — que hoje só é derrubado se votarem contra ele dois terços dos parlamentares — só será mantido se aprovado por maioria absoluta (metade mais um dos deputados e senadores).
- O Congresso poderá alterar o orçamento da União, não apenas aprová-lo ou rejeitá-lo.